



**Município de Santiago do Cacém**  
*Câmara Municipal*

**DESPACHO**

N.º de Registo	27815	Data	25/10/2021	Processo	2021/250.10.700/5
----------------	-------	------	------------	----------	-------------------

**Assunto:** Subdelegação de competências da Vereadora Mónica Fialho Pires de Aguiar na Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

1. No exercício dos poderes que me foram delegados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, conforme Despacho exarado nos documentos internos, com os registos n.º 27 009, de 18 de outubro de 2021 e 27 521, de 21 de outubro de 2021 e ao abrigo do artigo 36.º e nos termos do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, subdelego, com poderes para subdelegar, na Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, *Eng.ª Ana Luísa Sobral Godinho dos Santos Guerreiro*:

a. No âmbito da *gestão e direção dos recursos humanos* da Divisão, as seguintes competências:

- i. Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;
- ii. Justificar faltas;
- iii. Decidir, em matéria de organização e horário de trabalho, tendo em conta as orientações superiormente fixadas;
- iv. Autorizar a prestação de trabalho extraordinário em consonância com as respetivas dotações orçamentais;
- v. Ainda no âmbito da *gestão e direção dos recursos humanos* da respetiva Divisão subdelego na Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística as competências previstas no Regime Jurídico do Abono de Ajudas de Custo e Transporte ao Pessoal da Administração Pública, publicado pelo Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, na redação atual, designadamente, autorizar a deslocação de trabalhadores em funções



**Município de Santiago do Cacém**  
*Câmara Municipal*

públicas do seu domicílio necessário, por motivo de serviço, com direito a abono de ajudas de custo e transporte, em consonância com as respetivas dotações orçamentais.

- b. Nos termos do artigo 44.º n.º 3 do Código de Procedimento Administrativo, fica, igualmente, subdelegado na Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, a prática de *atos de administração ordinária* da Divisão, nomeadamente:
- i. A assinatura da correspondência ou de expediente necessário à mera instrução de processos que correm na unidade orgânica;
  - ii. Autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa;
  - iii. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
  - iv. Promover a publicação das decisões ou deliberações, destinadas a ter eficácia externa de acordo com o previsto no artigo 56.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais;
  - v. Praticar outros atos ou formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.
- c. Subdelego, igualmente, na Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, as seguintes competências:
- i. Certificação de pedidos de certidões de confrontações, de certidões de toponímia e de número de polícia;
  - ii. Conceder licenças de ocupação de via pública, por motivos de obras;
  - iii. Autorizar a renovação de licenças que dependam unicamente do cumprimento de formalidades ou similares pelos interessados;
  - iv. Autorizar os termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade, designadamente livros de obras.



**Município de Santiago do Cacém**  
*Câmara Municipal*

- d. Mais subdelego na Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, no âmbito do *Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação*, as seguintes competências:
- i. Proceder à verificação do cálculo para liquidação das taxas por operações urbanísticas;
  - ii. Emitir alvarás de licença ou autorização para a realização das operações urbanísticas;
  - iii. Promover as consultas às entidades que nos termos da lei devam emitir parecer, autorização ou aprovação relativamente às operações urbanísticas;
- e. Subdelego igualmente na Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, no âmbito do *Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação*, as seguintes competências:
- i. Proceder à verificação do cálculo para liquidação das taxas por operações urbanísticas;
  - ii. Emitir alvarás de licença ou autorização para a realização das operações urbanísticas;
  - iii. Promover as consultas às entidades que nos termos da lei devam emitir parecer, autorização ou aprovação relativamente às operações urbanísticas;
  - iv. Proceder ao saneamento e apreciação liminar dos procedimentos de controlo prévio.
2. Deve ser sempre assegurada a submissão a despacho dos assuntos que dependam da resolução/decisão do executivo, de forma devidamente instruída e fundamentada.
3. No exercício das competências subdelegadas deve ser sempre mencionada essa qualidade, em cumprimento do artigo 48.º do Código de Procedimento Administrativo.



**Município de Santiago do Cacém**  
*Câmara Municipal*

4. A subdelegada deve informar a subdelegante das decisões, geradoras de custo ou proveito financeiro, proferidas ao abrigo da subdelegação.
5. Fica, assim, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 165.º e seguintes, todos do *Código do Procedimento Administrativo*, revogado o Despacho exarado sobre o documento n.º 27 068, de 19 de outubro de 2021.
6. Ratificam-se todos os atos praticados ao abrigo do Despacho exarado sobre o documento n.º 27 068, de 19 de outubro de 2021, até à presente data.
7. A presente subdelegação de competências é publicada de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 47.º do *Código do Procedimento Administrativo*.

A Vereadora,

(no uso das competências delegadas pelo despacho exarado no documento interno,  
com o registo n.º 27 009, de 18 de outubro de 2021)

---

Mónica Pires de Aguiar



**Município de Santiago do Cacém**  
*Câmara Municipal*

Documento assinado digitalmente. Validade equivalente à assinatura autógrafa.